

Número Especial - Abril/Junio 2017

REVISTA **Ciencias de la Documentación**

ISSN 0719-5753

ciKi

VI Congreso Internacional
De Conocimiento e Innovación

221 B

WEB SCIENCES

221 B WEB SCIENCES

SANTIAGO — CHILE

CUERPO DIRECTIVO

Directora
Carolina Cabezas Cáceres
221 B Web Sciences, Chile

Subdirector
Eugenio Bustos Ruz
221 B Web Sciences, Chile

Editor
Juan Guillermo Estay Sepúlveda
221 B Web Sciences, Chile

Cuerpo Asistente

Traductora: Inglés
Pauline Corthorn Escudero
221 B Web Sciences, Chile

Traductora: Portugués
Elaine Cristina Pereira Menegón
221 B Web Sciences, Chile

Portada
Felipe Maximiliano Estay Guerrero
221 B Web Sciences, Chile

Asesoría Ciencia Aplicada y Tecnológica:
221 B Web Sciences
Santiago – Chile

Revista Ciencias de la Documentación
Representante Legal
Juan Guillermo Estay Sepúlveda Editorial

COMITÉ EDITORIAL

Dra. Kátia Bethânia Melo de Souza
Universidade de Brasília – UNB, Brasil

Dr. Carlos Blaya Perez
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Ph. D. France Bouthillier
McGill University, Canadá

Dr. Juan Escobedo Romero
Universidad Autónoma de San Luis de Potosí,
México

Dr. Jorge Espino Sánchez
Escuela Nacional de Archiveros, Perú

Dra. Patricia Hernández Salazar
Universidad Nacional Autónoma de México, México

Dra. Trudy Huskamp Peterson
Certified Archivist Washington D. C., Estados
Unidos

Dr. Luis Fernando Jaén García
Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Dra. Elmira Luzia Melo Soares Simeão
Universidade de Brasília, Brasil

Lic. Beatriz Montoya Valenzuela
Pontificia Universidad Católica del Perú, Perú

Mg. Liliana Patiño
Archiveros Red Social, Argentina

Dr. André Porto Ancona Lopez
Universidade de Brasília, Brasil

Dra. Gláucia Vieira Ramos Konrad
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Dra. Perla Olivia Rodríguez Reséndiz
Universidad Nacional Autónoma de México, México

COMITÉ CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Dr. Héctor Guillermo Alfaro López
Universidad Nacional Autónoma de México, México

Dr. Eugenio Bustos Ruz
Asociación de Archiveros de Chile, Chile

Ph. D. Juan R. Coca
Universidad de Valladolid, España

Dr. Martino Contu
Università Degli Studi di Sassari, Italia

Dr. José Ramón Cruz Mundet
Universidad Carlos III, España

Dr. Carlos Tulio Da Silva Medeiros
Instituto Federal Sul-rio-grandense, Brasil

Dr. Andrés Di Masso Tarditti
Universidad de Barcelona, España

Dra. Luciana Duranti
University of British Columbia, Canadá

Dr. Allen Foster
University of Aberystwyth, Reino Unido

Dra. Manuela Garau
Universidad de Cagliari, Italia

Dra. Marcia H. T. de Figueredo Lima
Universidad Federal Fluminense, Brasil

Dra. Rosana López Carreño
Universidad de Murcia, España

Dr. José López Yepes
Universidad Complutense de Madrid, España

Dr. Miguel Angel Márdero Arellano
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia, Brasil

Lic. María Auxiliadora Martín Gallardo
Fundación Cs. de la Documentación, España

Dra. María del Carmen Mastropiero
Archivos Privados Organizados, Argentina

Dr. Andrea Mutolo
Universidad Autónoma de la Ciudad de
México, México

Mg. Luis Oporto Ordoñez
Director Biblioteca Nacional y Archivo
Histórico de la Asamblea Legislativa
Plurinacional de Bolivia, Bolivia
Universidad San Andrés, Bolivia

Dr. Alejandro Parada
Universidad de Buenos Aires, Argentina

Dra. Gloria Ponjuán Dante
Universidad de La Habana, Cuba

Dra. Luz Marina Quiroga
University of Hawaii, Estados Unidos

Dr. Miguel Ángel Rendón Rojas
Universidad Nacional Autónoma de México, México

Dra. Fernanda Ribeiro
Universidade do Porto, Portugal

Dr. Carlos Manuel Rodríguez Arrechavaleta
Universidad Iberoamericana Ciudad de México, México

Dra. Vivian Romeu
Universidad Iberoamericana Ciudad de México, México

Mg. Julio Santillán Aldana
Universidade de Brasília, Brasil

Dra. Anna Szlejcher
Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

Dra. Ludmila Tikhnova
Russian State Library, Federación Rusa



Indización

Revista Ciencias de la Documentación, se encuentra indizada en:



CATÁLOGO



CENTRO DE INFORMACION TECNOLOGICA



ISSN 0719-5753 - Número Especial / Abril – Junio 2017 pp. 111-124

INOVAÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA INCLUSIVA: REALIDADES E DESAFIOS DO INSTITUTO FEDERAL EM ITABAIANA/SE

Drda. Mara Josde de Castro

Universidade Federal de Sergipe, Brasil
mariajdecastro2@gmail.com

Lic. Sidney Rodrigues Tapajós

Investigadora Independiente, Brasil
tapajos.sidney@gmail.com

Mg. Diana Amado Menezes

Instituto Federal de Sergipe, Brasil
dianamado@gmail.com

Fecha de Recepción: 28 de enero de 2017 – **Fecha de Aceptación:** 15 de marzo de 2017

Resumo

O presente estudo resulta de ações que estão sendo desenvolvidas na Região Nordeste do Brasil (Estado Sergipe, município de Itabaiana, bairro São Cristóvão), tendo como agente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), Campus Itabaiana. As ações tiveram como objetivo a implantação de um Laboratório Acadêmico-profissional de Artes e Tecnologias para o Trabalho (LAPATTra). O estudo se configura como exploratório, com dados primários, coletados pela metodologia do DRP (Diagnóstico Rápido Participativo), que envolveu a participação de alunos dos níveis médio, tecnológico, superior, estudantes do Instituto Federal. Os resultados apontam um diagnóstico social da comunidade refém dos graves problemas cotidianos, como violência, drogadição, pobreza extrema, baixo índice de educação básica, entre outros. Dessa forma, observa-se que o IFS poderá contribuir de forma incisiva e diferenciada com ações de educação inclusiva que possibilitem empoderar a comunidade, gerando assim inovação social.

Palavras-Chaves

Educação – Inclusão – Inovação social – Institutos Federais

Abstract

This study is the result of actions being developed in the Northeast of Brazil (Sergipe State, municipality of Itabaiana, São Cristóvão), having as agent the Federal Institute of Education, Science and Technology Sergipe (IFS), Campus Itabaiana. The actions were aimed at the implementation of an Academic-professional Laboratory of Arts and Technologies for Work (LAPATTra). The study is configured as exploratory, with primary data collected by the DRP methodology (Participatory Rapid Assessment), which involved the participation of students of average levels, technological, top students of the Federal Institute. The results show a social diagnosis of hostage community of serious everyday problems, such as violence, drug addiction, extreme poverty, low basic education index, among others. Thus it is observed that the IFS may contribute incisively and differentiated way with inclusive education initiatives that enable empower the community generating social innovation.

Keywords

Education – Included – Social innovation – Federal Institutes

1.- Introdução

Nas últimas décadas, a temática inovação social tem estado na pauta de muitos pesquisadores, impulsionados principalmente pelo interesse nessa questão, colocando-a como motor de um processo de mudança. O crescente interesse, por esse assunto, é justificado pela busca por uma cidadania global e muitos são os desafios multiculturais à integração; com o intuito de se promover a difusão de uma educação inclusiva, como elemento crucial ao tema. Uma vez que, os objetivos pedagógicos, para esse milênio, devem corresponder às exigências de um mercado de trabalho – criativo e em busca de novidades.

Dessa forma não adianta mais focar, apenas, nos aspectos da qualificação profissional pautados na exclusiva competência técnica; visto que, as possibilidades de transformação devem propiciar associação entre o ensino tecnocientífico e às suas dimensões sociocultural e ambiental. (BAZZO; VON LINSINGEN & PEREIRA, 2003).

Considera-se que o ensino técnico e tecnológico deve ser capaz de possibilitar uma maior compreensão do contexto em que ele se desenvolve, tendo como foco central a associação à Natureza e a formação no ambiente da inovação social, além de um contexto interativo entre Ciência, Tecnologia e Sociedade. Nesse contexto, considera-se que é um processo amplamente interdisciplinar, coexistindo juntamente com a construção de capacidades de mudança aliado aos compromissos socioculturais transformadores.

Pressupostos como essencialidade, neutralidade e universalidade da ciência e tecnologia, associados à nova concepção multicultural de progresso globalizado, ao invés de somente observarem os sérios problemas sociais existentes na atualidade (como meros expectadores), devem propor enfoques centrados numa visão imbricada na superação das sequelas decorrentes dessa “miopia” nos campos da educação inclusiva ao trabalho e à criatividade. Diante desse cenário, onde a inovação social deverá contribuir para o debate em torno do desenvolvimento sustentável das comunidades e na lapidação desses atores, ou seja, os trabalhadores incluídos por meio de um processo educacional estimulador. As respostas, a essas questões, pressupõem-se que as instituições educacionais devam estar preparadas para a implementação de ações e metodologias de ensino que possam gerar a transformação necessária conforme a característica da comunidade do seu entorno.

O presente artigo é resultado de pesquisa exploratória, cuja técnica do estudo de caso decorreu de um diagnóstico para implantação do Laboratório Acadêmico-profissional de Artes-Tecnologias para o trabalho (LAPATTra), no Instituto Federal de Sergipe (IFS) - Campus Itabaiana. Suas ações de ensino, nessa localidade, vêm sendo desenvolvidas em um prédio provisório, mas existe a previsão de que, em 2017, as atividades sejam desenvolvidas no prédio próprio (ainda em construção) que está localizado no bairro São Cristóvão; região de grande demanda socioeducativa devido ao alto grau de vulnerabilidade social.

Para a implantação do LAPATTra, como um projeto que pudesse atender às demandas da comunidade, fez-se necessário conhecer a realidade do entorno onde o IFS estará atuando, a partir do próximo ano. Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo inicial diagnosticar a realidade socioeducativa da comunidade em estudo, principalmente, no que se refere à educação interdisciplinar inclusiva do trabalhador.

As informações coletadas por essa pesquisa (em andamento) trouxe, como objetivo inicial, levantar demandas da referida comunidade em estudo, principalmente, no que se refere à educação interdisciplinar inclusiva do trabalhador. A metodologia adotada foi o DRP (Diagnóstico Rápido Participativo). E o diagnóstico social da comunidade se apresenta um local refém dos graves problemas cotidianos, como violência, drogadição, pobreza extrema, baixo índice de educação básica, entre outros. Diante dessa realidade, têm-se como questão central da pesquisa: Qual tipo de sociedade o mundo pretende construir e qual deverá ser o papel da educação, especificamente o Instituto Federal de Sergipe- Campus Itabaiana, considerando a realidade da comunidade de seu entorno?

No anseio por respostas de como a educação pudesse melhorar a realidade da comunidade, um grupo de professores e alunos do IFS Campus Itabaiana, vem desenvolvendo ações cujo foco central é a implantação de um laboratório acadêmico e profissional para o Trabalho, que juntamente com o conceito de Rede de Tecnologia Social (RTS, 2010); visa estender à comunidade local temas sobre educação (não-formal) inclusiva do indivíduo (trabalhador), como gerador da criatividade.

2.- Marco conceitual

2.1.- Os Institutos Federais e o Ensino Técnico e Tecnológico

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que se deu mediante Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, deu-se como fator estratégico para o Brasil, pois trouxe, em seus objetivos e finalidades, o fortalecimento do ensino e da igualdade social, gerando a inserção de um número maior de cidadãos na realidade educacional do país. Conforme definido em seus pressupostos legais, essas instituições carregam o viés de ofertar uma educação voltada à transformação social a partir do desenvolvimento social como um todo, ou seja, através da prática educativa reflexiva e crítica da sociedade atual. (PACHECO, 2011, MORAES ET AL, 2012).

A origem dos Institutos Federais se reporta ao marco histórico das Escolas de Aprendizes Artífices (Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909) que ao longo dos últimos cem anos ocorreram mudanças de denominação chegando a Instituto Federal em 2008, todas estas denominações podem ser visualizadas na figura 1.



Figura 1
Cronologia das denominações das instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica.
FONTE: MEC.2016

Os Institutos Federais se configuram como instituições de ensino tendo como objetivo principal atuar na qualificação profissional técnica e tecnológica para os diversos setores da economia brasileira, mediante processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. Atualmente, são 38 unidades dos Institutos Federais presentes em todos os estados da federação, atua com uma proposta político-pedagógica diferenciada, ofertando do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, ensino técnico em geral, licenciaturas, bacharelados e cursos superiores ligados à área da Ciência e da tecnologia, programas de pós-graduação lato e stricto sensu e educação continuada. (BRASIL, 2008).

Suas ações devem ser centradas na busca de alternativas para a redução da exclusão do ensino, proporcionando mudanças na qualidade de vida dos cidadãos. Estas ações devem priorizar o desenvolvimento local e regional, por meio da oferta de cursos direcionados às necessidades locais de forma que os cidadãos possam se apropriar dos conhecimentos visando à melhoria de sua própria realidade. (PACHECO, 2011, MORAES ET AL, 2012).

Segundo dados do MEC (2016) figura 2, os Institutos Federais já contavam com um total de 644 unidades em todo país, estando presente em 85% das microrregiões brasileiras na proporção de 1 campus para cada 10 cidades.

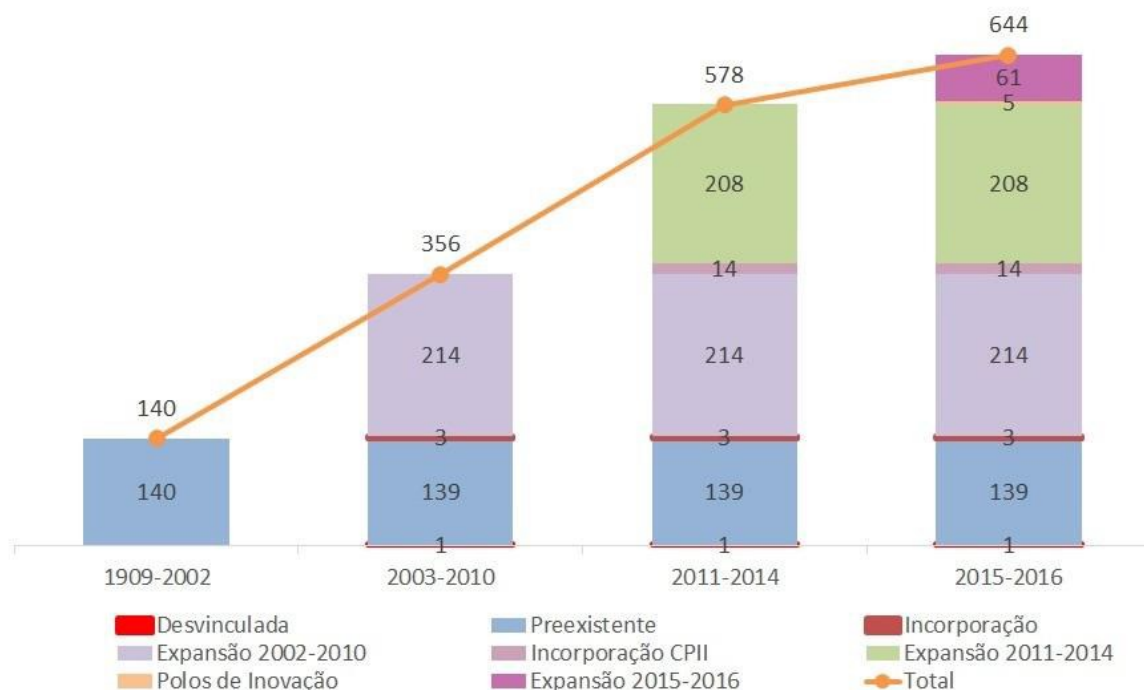


Figura 2

Evolução do número de campus da rede federal de educação profissional até o ano de 2016

Fonte: MEC. 2016 disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

2.2.- Educação inclusiva para transformação

A motivação inicial dos profissionais da área do ensino e pesquisa, de todo o mundo, é a busca por uma educação de qualidade, a fim de levar o indivíduo ao crescimento em todos os níveis, principalmente, o sociocultural. Nesse contexto, entender o que é educar necessariamente tem que se mencionar o que Paulo Freire abordou:

Etimologicamente, a palavra *educar* origina-se do latim *ec-ducere* que significa educir. No alemão, corresponde à palavra *erziehen*, formada por *ziehen*, que significa puxar, arrancar; e pelo prefixo *er* que denota um movimento completo para fora. Logo, educar é trazer para fora, é extrair de uma pessoa algo que a torne transformada. É, de certo, também, uma ação interativa e dialética realizada entre as pessoas que atuam na sociedade e nela estão imersas. Bem assim, educação é o processo que renova uma pessoa, extraindo-lhe ou libertando-lhe suas potencialidades criadoras. (FREIRE, APUD SÁ, 2009).

Conforme enfatizado por Paulo Freire (2003) “os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo e se tornam sujeitos de sua própria educação”. Nesse viés, cada um de nós tem de ser sujeito do seu processo, pois educar não é se encher isoladamente de conhecimento já que “ninguém educa a si mesmo”. Sem mudança, ela não existe; pois a finalidade de todo ato educativo é a transformação que, por sua vez, deve indagar com que intensidade deve ocorrer tal mudança, seja ela no nível histórico, social, cultural ou individual.

Desse modo, educar é produzir conhecimento inovador que dá feição nova à realidade, à sociedade. Basta lembrar-se dos inúmeros conhecimentos elaborados pelo homem ao longo dos séculos em filosofia, literatura, artes, ciências e tecnologia que outrora transformaram o mundo e hoje produzem saberes (no sentido mais amplo da expressão) de alta qualidade e darão um contributo de grande valor ao patrimônio comum da cultura humana. Aqui aparecem os conflitos de interesses inerentes ao fato de que conhecimento implica a aquisição, a manutenção e a reinvenção do poder. (FREIRE, APUD SÁ, 2009).

O pensamento pedagógico de Paulo Freire, no sentido da educação para a transformação, aponta à sua tentativa de superar todos os obstáculos “contra educativos” existentes na nossa sociedade e em cada um de nós, tanto no âmbito temporal quanto no espacial. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) propõe na Agenda 2030 uma “Educação voltada ao desenvolvimento e estilos de vida sustentável, direitos humanos, igualdade de gênero, a promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e o contributo da cultura para o desenvolvimento sustentável”. (ONU, 2015).

Nessas configurações, o educador, comprometido com a sua Sociedade, não acredita na educação sem nenhuma transformação da realidade, mas sim na produção de conhecimento inovador com possibilidades de intervir no mundo; questionador do papel que pode exercer a educação na mudança dessa realidade, o que Freire (2003) pregava que a alfabetização deve primeiramente “conscientizar a camada popular de sua situação de excluído ou oprimido; e, segundo, viabilizar uma ação cultural, permitindo o aparecimento de sujeitos críticos e comprometidos com as reformas nas estruturas socioeconômicas e políticas”.

Considerando-se o contexto da Agenda 2030, de garantir uma educação inclusiva de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem para todos, busca a educação

com inclusão como forma de igualdade e de justiça. Essa educação inclusiva é essencial à transformação; visto que, inclusão é um processo de integração, aceitação mútua, o que tende a não reduzir, mas ampliar os horizontes. E por tudo isso, observa-se que a educação inclusiva do trabalhador conduz à criatividade, recoloca a sociedade num contexto de desenvolvimento, principalmente, os mais excluídos; mediante uma educação interdisciplinar.

2.3.- Inovação social

A inovação social resulta da aplicação do conhecimento visando resolver necessidades sociais, mediante a participação e cooperação de todos os atores envolvidos, possibilitando a geração de soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral. Os diferentes atores que podem contribuir para a inovação social (empresas públicas ou privadas, governos, pessoas voluntárias) entre outros se envolvem com objetivo de prestar serviços em benefício da população e dentre essas práticas de inovação social pode-se mencionar as ações socioeducativas, pois visam promover a inclusão social e, assim, a capacitação dos sujeitos em condição de maior vulnerabilidade econômico-social. (ANDRÉ E ABREU, 2006; BIGNETTI, 2011).

Sem um encontro de ideias, respeitando-se os “diferentes”, não haverá processo de inovação social e desenvolvimento. Segundo Gentili (2004), o aumento das desigualdades levou a um processo de exclusão social, digital, educacional, observado ao longo dos anos e com aumento da pobreza, conduziu comunidades mais vulneráveis para uma divisão e discriminação das classes. Trata-se de dois circuitos: o superior e o inferior, constituindo os espaços urbanos nas regiões subdesenvolvidas (SANTOS, 1979).

Para se alcançar o desenvolvimento, é necessário investir na educação inclusiva para a inovação social. Por isso, nesse marco teórico, foi essencial trazer definições dos conceitos de educação e inclusão do trabalho, para uma maior compreensão a partir da perspectiva local.

Existe um novo modo de promover o desenvolvimento, através do surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, fomentando o intercâmbio externo e aproveitando suas vantagens locais. (FRANCO, 2002).

A visão de Franco (2002) corrobora com a missão da educação inclusiva para o trabalho, que preconiza “Desenvolver uma metodologia de intervenção participativa, através da discussão com a comunidade sobre os seus problemas, formas de resolvê-los, definição de projetos prioritários, com o fim de elaborar melhoria na qualidade de vida da população e organizar a gestão de todo o processo de intervenção”.

Por sua vez, o conceito de “educação não-formal” não é uma metodologia pronta e engessada à implantação do processo de inovação social; visto que, são requeridos esforços de construção junto à formação dos atores, às parcerias e à combinação das formas organizacionais (fóruns, agências, conselhos, dentre outros). Tanto a educação não-formal quanto à inclusão, disponibilizam conhecimentos e pactuam ações estratégicas à população beneficiária; pois precisam de uma rede de fraternidade para alcançar um novo desenvolvimento. Educação não-formal, objetiva a prática da solidariedade, descentralização, acessibilidade plural, heterogeneidade de diferentes pontos de vista e contínuo aperfeiçoamento de suas concepções, enquanto busca empoderamento da

comunidade, diálogo e articulação dos diversos atores, ou seja, o processo educativo de inclusão está atrelado à inovação social. (MILANI, 2003; GOHN, 2006).

Dessa forma se observa que uma Educação Inclusiva voltada à Inovação Social deve se sustentar num processo de transmissão cultural, diferente em cada situação histórica, pelo qual a personalidade humana se desenvolve; se integra nos diversos campos relacionais, cada vez mais complexos, gerando-se uma interdisciplinaridade entre as várias áreas do conhecimento, obtendo-se assim a transformação de sua realidade.

3.- Metodologia

O presente artigo trata de uma pesquisa exploratória, que utiliza a técnica do estudo de caso à implantação de um Laboratório Acadêmico-profissional de Artes e Tecnologias para o trabalho (LAPATTra), no Instituto Federal de Sergipe (IFS) - Campus Itabaiana. Para o alcance dos objetivos propostos, este trabalho se fundamenta, principalmente, no método qualitativo de pesquisa, e foram utilizados os seguintes meios de pesquisa, tomando-se como base a classificação nominativa apresentada por Vergara (2005): Pesquisa bibliográfica: realizada em material publicado em livros, revistas, anais, redes eletrônicas, e na pesquisa de campo: investigação por meio de entrevistas e do método comunitário das Tecnologias Sociais (TS), e do método Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

Os princípios de adesão ao conceito de Tecnologias Sociais (TS) definem-se como a compreensão de que “produtos, técnicas ou metodologias (reaplicáveis) podem ser desenvolvidos na interação com a comunidade e podem representar efetivas soluções de transformação social”. (RTS, 2010). Por sua vez, ressaltam as quatro dimensões da Tecnologia Social, segundo o Sistema de Acompanhamento:

- 1ª dimensão - Conhecimento, ciência e tecnologia - a TS tem como ponto de partida os problemas sociais; é feita com organização e sistematização; introduz ou gera inovação nas comunidades;
- 2ª dimensão - Participação, cidadania e democracia – a TS promove democracia e cidadania; vale-se de metodologias participativas; busca inclusão e acessibilidade;
- 3ª dimensão - Educação – a TS realiza um processo pedagógico por inteiro; desenvolve-se num diálogo entre saberes populares e científicos; é apropriada pelas comunidades que ganham autonomia;
- 4ª dimensão – Relevância Social – a TS é eficaz na solução de problemas sociais; tem sustentabilidade ambiental; provoca transformação social. (ITS Brasil apud RTS, 2010).

O Diagnóstico Rápido Participativo (DRP ou PRA, em inglês) é um enfoque de pesquisa social e participação que se emprega em ações de desenvolvimento desde os anos oitenta, como uma derivação da “Investigación Acción Participativa – IAP” e tem sua origem nos assentamentos e críticas sobre os modelos de desenvolvimento na década de oitenta. Este método se planeja como alternativa em referência a uma relação entre custos e benefícios. Baseia-se numa série de princípios e técnicas suficientemente provados, que asseguram o rigor e a qualidade do processo, permitindo extrair informação e propostas de intervenção das comunidades. (CHAMBRERS & GUIJT, 1995; VILLARROEL ET AL 2006).

O uso do método DRP pode permitir um adequado manejo de variáveis sociais com precisão e com recursos de tempo e custos eficientes. A iniciativa ao laboratório LAPATTra aplicar o método DRP serve para auxiliar na identificação das necessidades e demandas da comunidade, assim como, um planejamento de fases do projeto e evolução continuada do mesmo.

O Laboratório, implantado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, busca estreitar o vínculo entre a Academia, o mundo profissionalizante e a comunidade São Cristóvão (Itabaiana-SE-Brasil), que trata sobre um estudo de caso aplicado em região periférica da cidade com baixo Índice de Desenvolvimento Humano; sendo um bairro carente de todos os recursos educacionais, tecnológicos, sociais, e com um alto índice de violência (GLOBO.COM, 2016).

O LAPATTra pesquisa com viés extensionista por meio de metodologias voltadas à arte, tecnologias sociais, DRP, à inserção do indivíduo ao trabalho e à inovação social; cuja missão é produzir em comunidades investigação nas áreas da educação inclusiva do trabalhador. Estas ações já acontecem, informalmente desde 2014 e, a partir deste ano (2016), vem sendo desenvolvidas em processo extensionista, quando o novo campus Itabaiana (município onde se situa o bairro São Cristóvão) ficará sediado nesta comunidade periférica, vulgarmente chamada de “invasão”, a partir do próximo ano.

As informações coletadas por essa pesquisa (em andamento) trouxe, como objetivo inicial, levantar demandas da referida comunidade em estudo, principalmente, no que se refere à educação interdisciplinar inclusiva do trabalhador. A metodologia adotada foi o DRP. Nessa fase foram envolvidos aluno dos níveis médio, tecnológico, superior, estudantes do Instituto Federal. O DRP possibilitou o geo-referenciamento (mapa figura 03) do local como espaço de pesquisa a favor da comunidade pertencente a este município/região do Brasil

3.1.- COLETA DE DADOS DA PESQUISA

A coleta de dados ocorreu na própria comunidade do bairro São Cristóvão. Optou-se pela metodologia de perguntas rápidas, cujo protocolo foi embasado pelos autores Chambrers & Guijt, 1995; Villarroel1 et al 2006; utilizando normas da técnica DRP com entrevistas participativas. As famílias entrevistadas foram dez (10), todas eram moradoras no local e para o registro das imagens e relatos dos entrevistados utilizou-se de máquinas fotográficas e câmeras filmadoras. Essa primeira etapa, resultou na produção de vídeo e acervo de fotos (para fechamento e reflexão de uma palestra de Educadores na Espanha, que também estudam sobre educação inovadora, na TERRAZA Fundación Universitaria).



Figura 03

Mapa da comunidade São Cristóvão-Itabaiana-Sergipe-Brasil. Fonte: Google, 2016

4.- ANÁLISES E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1.- Relatos e evidências coletados na comunidade

O diagnóstico social da comunidade se apresenta como um local refém dos graves problemas cotidianos: violência, drogadição¹, pobreza extrema, baixo índice de educação básica, entre outros. Como se observa na figura 04, grande parte dos moradores residem em habitações muito precárias, tornando-se reféns da violência – conforme informação da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe (GLOBO.COM, 2016) - e total falta de atenção por parte do poder público.



Figura 04

Comunidade São Cristóvão-Itabaiana-Sergipe-Brasil

Fonte: Arquivo LAPATTra, 2016

¹ Termo usado para definir o processo de "adição" de "drogas". Os fatores que levam a necessidade do uso de substâncias químicas no organismo de um determinado indivíduo por ordem psíquica, física ou social.

A pesquisa na comunidade identificou algumas ações que contribuído para a formação de Lideranças comunitárias ou engajamento nos movimentos sociais. Estas atividades geram protagonismo comunitário e formação de rede não-governamental; como iremos citar mais à frente.

Ao longo das visitas e entrevistas foi possível identificar famílias que possuem pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais, apresentando dificuldades de locomoção (figura 05).



Figura 05
Comunidade São Cristóvão-Itabaiana-Sergipe-Brasil
Fonte: Arquivo LAPATTra, 2016

Mesmo diante de sérios problemas socioeconômico e falta de assistência básica (figura 06), as pessoas ainda alimentam a esperança de dias melhores e apontaram alguns “sonhos” ou desejos que a comunidade possa ter melhorias, tais como: Aprender a ler e escrever, Mais segurança, Trabalho e educação para os filhos, por exemplo.



Figura 06
Comunidade São Cristóvão-Itabaiana-Sergipe-Brasil
Fonte: Arquivo LAPATTra, 2016

No decorrer da pesquisa, foi identificada, a existência de algumas ações sócio educativas voluntárias e contínua, tais como: Projeto Tito (sopa solidária, cortes de cabelo, aulas de capoeira), e o Projeto Formiguinha (oficinas artísticas-esportiva e rodas de conversas); que acontecem aos sábados na escola Estadual. Essas ações socioeducativas estão sendo complementadas com Projetos (embrionários) do IFS – LAPATTra, tais como: arborização da avenida principal, palestra-testemunho de alunos “Histórias de Sucessos na Educação”, conscientização ambiental e descarte correto de eletroeletrônicos (logística reversa).

Esse tipo de trabalho social, como da comunidade São Cristóvão, incitam o aprendizado das diferenças, uma vez que, nesse espaço (de conhecimento inovador e, por enquanto virtual, do LAPATTra) se aprenderá a conviver com os demais projetos já existentes na Comunidade e se socializa o respeito mútuo e se observa participação e adaptação do grupo a diferentes culturas, reconhecimento dos indivíduos e do papel do outro na construção da identidade coletiva, além do compartilhar as condutas éticas e aceitáveis socialmente. Porém, o *ingrediente ter boa vontade* vale muito mais do que qualquer outro recurso.

Por outro lado, as pesquisas ressaltam o cuidado que os projetos devem ter em perceber que processos prolongados - com intervenção e participação direta de instituição capacitadora externa (como são os casos universidade/instituto) - pode ser fator de dependência, e não, de sustentabilidade. Portanto, a temporalidade do estudo de caso no bairro depende, sobretudo, do empoderamento que já possa existir na localidade.

Por sua vez, as pesquisas criticaram o *modismo*² – dentro da própria academia (principalmente como uma estratégia política) – em se propagar o empoderamento de comunidades carentes; quando, na realidade, o próprio capitalismo não admite que a periferia tenha poderes ou que a classe menos favorecida tenha acesso ao diálogo, à articulação e ampliação do protagonismo social, sendo, *a priori*, considerado como um tipo de discurso demagogo ou uma falácia.

A pesquisa, até o momento, constatou como efeito: comunicação com a comunidade foi adensada; houve envolvimento dos atores locais; diálogo pluridisciplinar - equipe multidisciplinar, composta por várias especialidades: professores nas áreas de administração, contabilidade, língua inglesa, agronomia, geografia e envolvimento dos discentes tanto do ensino médio quanto do superior. E os Projetos inovadores sociais comunitários são iniciativas de desenvolvimento transformador, uma vez que, metodologias germinaram – tipo: educação não-formal inclusivas, rede de tecnologia social, reforço da identidade e autoestima local, experiências de cooperativa, associações e movimentos populares organizados.

Posteriormente, poderão florescer em outras comunidades periféricas; pois as implicações dos resultados se relacionam aos princípios de adesão ao conceito de Tecnologias Sociais (TS), definindo-se como a compreensão de que “produtos, técnicas ou

² Tendência momentânea, influenciada pela mídia e pelo comportamento dos consumidores (ou expressão idiomática) é uma expressão fixa cujo significado não se pode deduzir pelas palavras que a compõem, isto é, que não se compreende pelo sentido literal. Trata-se de um hábito linguístico (...) Leia mais: Conceito de modismo - O que é, Definição e Significado <http://conceito.de/modismo#ixzz4VsqdtKiq>

metodologias (reaplicáveis) podem ser desenvolvidos na interação com a comunidade e podem representar efetivas soluções de transformação social”. (RTS, 2010).

5.- Considerações finais

No estudo de caso em questão, pode-se inferir que a inovação social está em se utilizar da formação de um laboratório (LAPATTra) acadêmico-profissional de artes-tecnologias para o trabalho, juntamente ao conceito de Rede de Tecnologia Social (RTS, 2010); observando-se, também, que a pesquisa aprofundará temas sobre educação (não-formal) inclusiva do indivíduo (trabalhador), como gerador da criatividade.

Projetos para o desenvolvimento de uma comunidade, como o que está sendo realizado pelo laboratório, exigem uma preparação continuada, um aprendizado permanente, uma atividade de ação e reflexão. Não basta mais um programa ou plano de ação. É preciso reconhecer a importância desse trabalho no processo de construção de uma sociedade mais justa e fraterna. Isso demonstra a urgência que a academia tem em estender o conhecimento além dos seus muros e grades, pois a violência e a criminalidade aumentam em proporções assustadoras, os órgãos públicos perdem o controle sobre a situação e a sociedade civil assiste as cenas sem saber o que fazer.

Não é mais possível permanecer no conformismo diante de locais dominados por antigos métodos clientelistas na ordem tradicional, em que nepotismo, favoritismo ou assistencialismo imperam. É preciso criatividade e ousadia, pois as inovações, advindas desse trabalho, ganham força e passam a ter hegemonia se a coletividade estiver organizada.

Para se praticar projetos sociais, nesse viés, além das dificuldades encontradas na própria comunidade, existem outros entraves, tais como: a formação específica dos educadores a partir da definição de papéis e atividades, da definição clara das funções e objetivos a atingir, da sistematização das metodologias usadas no trabalho cotidiano, na construção do acompanhamento, controle e elaboração dos instrumentos avaliativos, ou seja, os entraves estão em todo o processo sistêmico.

Assim sendo, aos Institutos Federais, em especial o de Sergipe na unidade de Itabaiana, caberá o seu papel social inovador, pois de fato, as questões analisadas, nessa investigação, são desafiadoras, pois caberá ao IFS, construir um desenvolvimento comunitário e uma prática que se pauta num novo olhar em relação ao papel da educação inclusiva, naquele território, pois se observa que o IFS poderá contribuir de forma incisiva e diferenciada com ações de educação inclusiva que possibilitem empoderar a comunidade gerando assim inovação social.

6.- Referências

André, I.; Abreu, A. Dimensões e espaços da inovação social. Finisterra, Lisboa, v. 41, n. 8, p.121-141, jan. 2006.

Bazzo, W. A.; Von Linsingen, I.; Pereira, L. T. V. (Eds.). Introdução aos Estudos CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), Madrid: OEI, 2003

Bignetti, L.P. 2011. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 47, n.1, p.3-14, jan/abr.

BRASIL (2008). Lei nº 11892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Diário Oficial da União. Brasília: Imprensa Oficial.

Chambrers, R. Guijt, I (1995). DRP: depois de cinco anos, como estamos agora? Quito, Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais. n. 26, março, p. 4-15

Franco, A. (2002). Pobreza e Desenvolvimento local. Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, pp. 57-93.

Freire, P.(2003). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Gentili, P.(2004) Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu.

GLOBO.COM (2016). Mapa da Violência aponta Sergipe como o 3º em número de homicídios. Disponível em <http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/08/mapa-da-violencia-destaca-sergipe-como-o-3-em-numero-de-homicidios.html> - Atualizado em 25/08/2016 12h53

Gohn, M. da G. (2006). Educação não-formal na pedagogia social. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1, 2006, Anais eletrônicos... Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092006000100034&lng=pt&nrm=abn>. Acesso em: julho de 2016.

LTECS. Laboratório de Desenvolvimento em Tecnologia Social. Disponível em <http://www.ltecs.unifacs.br/midia/default.htm>. Acesso em: julho de 2016.

MEC. (2016). Expansão da Rede Federal. 2014. Recuperado em 16 de maio, 2016, de <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

Milani, C.(org).(2003). Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). IV Conferencia Regional ISTR-LAC de 8 a 10 de outubro, San José-Costa Rica. Disponível em <http://www.acceso.or.cr/istr/memoria/temas/ponencias/panel-1/CarlosMilani-p.pdf> .Acesso em: julho de 2016.

Moraes, M.A.C. ET AL. (2012). A ciência da comunidade em relação ao instituto federal de educação ciência e tecnologia como possibilidade de formação: um estudo exploratório no Rio Grande do Sul. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5 . Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.50.pdf. Acesso em: agosto de 2016.

ONU. Agenda 2030. (2015). (Organizações das Nações Unidas (ONU). Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> . Acesso em julho de 2016.

Pacheco, E. (2011). Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica. Moderna: São Paulo.

RTS – (2010). Rede de Tecnologias Sociais. Disponível em <http://www.rts.org.br>. Acesso julho de 2016.

Sá, L.H.A. (2009). Do educar para esperar de Agostinho da Silva: uma pedagogia para o século XXI. Revista Lusofonia. Disponível em: <https://revistalusofonia.wordpress.com/2009/12/18/do-educar-para-esperancar-de-agostinho-da-silva-uma-pedagogia-para-o-seculo-xxi/>. Acesso em: julho de 2016

Santos, M.(2001). Brasil e Sociedade: Território no século XXI. Rio de Janeiro: Record, pp. 375.

Vergara, S. C. (2005). Métodos de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas.

Villarroel, V et al (2006). Diagnóstico Rápido y Participativo en la evaluación de proyectos de telemedicina rural: caso de ehas en colombia y Perú. Foro Iberoamericano de Telemedicina Rural, Cuzco, Perú, 27 y 28 de febrero y 1 marzo 2006.

Para Citar este Artículo:

Castro, Maria Jose de; Tapajós, Sidney Rodrigues y Menezes, Diana Amado. Inovação social educação técnica e tecnológica inclusiva: realidades e desafios do Instituto Federal em Itabaina/SE. Rev. Cs. Doc. Num. Especial Abril - Junio 2017, ISSN 0719-5753, pp. 111-124.

221 B
WEB SCIENCES

ciKi

Revista
CD
Ciencias de la
Documentación

Las opiniones, análisis y conclusiones del autor son de su responsabilidad y no necesariamente reflejan el pensamiento de la **Revista Ciencias de la Documentación**.

La reproducción parcial y/o total de este artículo debe hacerse con permiso de **Revista Ciencias de la Documentación**.